ENSAIO TEÓRICO

"IA PARA O BEM DE TODOS"?: DISCURSO, SUJEITO, CONTRADIÇÃO

Evandra GRIGOLETTO
Departamento de Letras – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Recife, PE, Brasil

Silmara DELA SILVA
Departamento de Ciências da Linguagem - Universidade Federal Fluminense (UFF)
Niterói, RJ, Brasil

Solange Maria Leda GALLO
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem - Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)
Florianópolis, SC, Brasil

OPEN ACCESS

Todo conteúdo de *Cadernos de Linguística* está sob Licença Creative Commons CC - BY 4.0.

EDITORES
– Alejandra Vitale (UBA)

AVALIADORES
– Luiz Francisco Dias (UFMG)
– Cristiane Dias (UNICAMP)
– Roberto Baronas (UFSCar)

SOBRE OS AUTORES
– Evandra Grigoletto
Conceptualização; Escrita – Rascunho Original; Escrita – Análise e Edição.
– Silmara Dela Silva
Escrita – Análise e Edição.
– Solange Maria Leda Gallo
Escrita – Análise e Edição.

Recebido: 11/12/2025
Aceito: 20/03/2026
Publicado: 22/04/2026

COMO CITAR
GRIGOLETTO, E.; DELA SILVA, S.; GALLO, S.M.L. (2026). "IA para o bem de todos"?: Discurso, sujeito, contradição. *Cadernos de Linguística*, v. 7, n. 3, e939.

VERIFICAR ATUALIZAÇÕES

RESUMO

Este artigo se volta à análise de discursos "de" e "sobre" a inteligência artificial, tendo como foco a proposta "IA para o bem de todos", apresentada pelo governo federal brasileiro em julho de 2024, e dizeres sobre tal proposta com circulação no discurso jornalístico, nesse mesmo período. Ancoradas teórico e metodologicamente na Análise de Discurso pecheutiana, as reflexões teórico-analíticas aqui apresentadas: assumem como ponto de partida as condições de produção desses discursos de IA e sobre a IA que se inscrevem na atual conjuntura sociopolítica e econômica brasileira; analisam os discursos de sustentação à soberania nacional que atravessam a proposta governamental e o modo como ela é discursivizada ao ser tornada acontecimento jornalístico na mídia; e apontam para as contradições no funcionamento do discurso sobre as tecnologias e em seus processos constitutivos dos sentidos e dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE

Discurso; Inteligência Artificial; Contradição; Projeções Algorítmicas; Sujeito-Avatar.

TITLE

“AI FOR THE GOOD OF ALL”?: DISCOURSE, SUBJECT, CONTRADICTION

ABSTRACT

This article aims to analyze discourses “of” and “about” artificial intelligence, with an emphasis on the proposal “AI for the good of all” presented by the Brazilian federal government in July 2024, as well as the statements concerning this proposal circulating in journalistic discourse during the same period. The theoretical and methodological approach is anchored in Pecheutian Discourse Analysis. The theoretical-analytical reflections presented here: take as their starting point the conditions of production of these AI discourses and discourses about AI, which are inscribed within the current Brazilian sociopolitical and economic context; analyze the discourses supporting national sovereignty that permeate the government proposal and examine how it is discursivized when transformed into a journalistic event in the media; and highlight the contradictions in the functioning of discourse about technologies and in their processes of constituting meanings and subjects.

KEYWORDS

Discourse; Artificial Intelligence; Contradiction; Algorithmic Projections; Avatar-Subject.

PALAVRAS INICIAIS: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Pensar as relações entre mídia, tecnologia e práticas políticas em discursos sobre (Mariani, 1998) a Inteligência Artificial (doravante IA), como nos propomos a fazer neste artigo, exige que situemos, antes de mais nada, as condições de produção em que tais discursos se inscrevem na atual conjuntura sócio-histórica do nosso país. E o(a) leitor(a) pode estar se perguntando: Por que somente a conjuntura sócio-histórica do Brasil, se as origens históricas e o domínio dessa tecnologia estão localizados, primordialmente, nos Estados Unidos? Se são grandes empresas de tecnologia americanas, como *Google, Open IA*, entre outras, que nos "entregam" os principais suportes de IA que utilizamos no nosso cotidiano?

O nosso foco será a conjuntura sócio-histórica brasileira porque, justamente, o que nos propomos a analisar é a proposta "IA para o bem de todos", apresentada em julho de 2024, e que deu origem ao Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), lançado, pelo Governo Federal Brasileiro, em 2025, bem como notícias jornalísticas que tematizaram tal proposta, no momento de sua apresentação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Tomando esse arquivo empírico, vamos selecionar as sequências discursivas (Courtine, [1981]2009) para as nossas análises dos discursos sobre IA.

Discurso aqui entendido conforme Pêcheux o definiu: como "efeitos de sentidos" entre os pontos A e B, sendo que "*A* e *B* designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais [...] *A* e *B* designam lugares determinados na estrutura de uma formação social." (Pêcheux, [1969]2019, p. 39, grifos do autor). A e B, portanto, são os lugares sociais ocupados pelos interlocutores numa dada formação social, que são representados (*presentes, mas transformados*) "nos processos discursivos em que são colocados em jogo". E Pêcheux, ([1969]2019, p. 39, grifos do autor) acrescenta: "[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que *A* e *B* se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro." E tudo isso - somado às antecipações que também são parte das formações imaginárias, e às relações de poder e força que estão implicadas nos processos discursivos - faz parte das condições de produção do discurso.

Eni Orlandi afirma que as condições de produção

> compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. [...] Podemos considerar as condições de produção em sentido restrito e temos as circunstâncias de enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico (Orlandi, 2001, p. 30).

Considerando, então, que as condições de produção envolvem, fundamentalmente, os sujeitos e a situação, bem como as formações imaginárias que funcionam em qualquer processo

discursivo, vamos tratar das condições de produção em que se inscrevem os discursos sobre IA, objeto de nossa análise.

Os discursos sobre "são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória" (Mariani, 1998, p. 60).

Os discursos sobre IA que serão objeto do nosso olhar analítico, como já apresentamos, se situam em dois lugares institucionais: o governo federal brasileiro e a mídia jornalística. Trata-se de lugares oficiais sobre os quais não cabe questionamento, supostamente. Por se tratar de *discursos sobre,* produzidos por instituições reconhecidas socialmente, vão buscar, como nos diz Mariani (1998), produzir um efeito de linearidade e homogeneidade, e acrescentamos, de verdade, sobre o que se diz sobre a Inteligência Artificial, "a tecnologia que ajudará o Brasil a se tornar um país mais justo, próspero e tecnologicamente soberano", nas palavras da ministra Luciana Santos.

Voltando às condições de produção, no caso em análise, os sujeitos envolvidos na produção desses discursos são, de um lado, os lugares institucionais que acabamos de mencionar (o ponto A) e, de outro, o povo brasileiro (o ponto B), que é projetado de um modo bastante genérico e homogêneo (considerando o *todos* que dá título à proposta e as suas condições de circulação na chamada mídia tradicional on-line, que projeta um leitor imaginariamente indistinto). No entanto, é preciso considerar, conforme Pêcheux ([1969]2019) nos propõe, que esses lugares estão determinados na estrutura da formação social brasileira e, nos discursos que vamos analisar, as posições não podem mudar de lugar. Estão em jogo, além dos interlocutores, as relações de poder e de força. Não é qualquer cidadão brasileiro que pode ocupar os espaços da mídia jornalística, tampouco os espaços de poder e de tomada de decisões do Governo Federal. Mas é, supostamente, a qualquer cidadão brasileiro que esses discursos se dirigem, são projetados. É para o bem dos brasileiros que o Governo Federal diz trabalhar, considerando, entre outras coisas, o seu slogan atual: "Governo do Brasil: do lado do povo brasileiro."

Aqui, para além das condições de produção imediatas do nosso *corpus*, que estão circunscritas à apresentação da proposta "IA para o bem de todos", pelo MCTI, em julho de 2024, e algumas notícias que circularam na mídia sobre essa proposta, no mesmo período, estamos tratando já das condições sócio-históricas em que tais discursos se inscreveram.

Nessa esteira de reflexão, considerando as condições sócio-históricas da atual conjuntura política brasileira, tomaremos tanto a proposta apresentada em 2024, como o plano brasileiro de inteligência artificial que dela derivou e que veio à público em 2025, como práticas políticas no âmbito de uma agenda nacional, proposta pelo atual Governo Brasileiro (2023-2026), presidido pelo Presidente Lula, ou, como popularmente chamamos, "Governo Lula 3", cujo foco principal é a defesa da soberania nacional. Soberania aqui tomada como fundamento para a sustentação do

Estado Democrático de Direito, conforme previsto no Artigo 1º da nossa Constituição Federal.[1] E é nesta direção de sentido, da defesa da soberania nacional, que o governo apresentou seu novo slogan, em final de agosto de 2025, que passou de "Brasil: União e Reconstrução" para "Governo do Brasil: do lado do povo brasileiro."[2] É, também, nessa agenda da defesa da soberania nacional, isto é, livre da interferência estrangeira, que se inscreve a proposta "IA para o bem de todos", concretizada, depois, no PBIA.

Nas palavras de Luciana Santos, nossa ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, na apresentação do plano: "Não desejamos simplesmente importar soluções; queremos desenvolvê-las aqui, **por brasileiros e para brasileiros**, considerando nossas particularidades sociais, culturais e econômicas" (MCTI, 2025, p. 9, grifos nossos). E assim a ministra finaliza sua apresentação: "Juntos, faremos da inteligência artificial uma poderosa aliada na construção de um Brasil mais justo, próspero e **tecnologicamente soberano**" (MCTI, 2025, p. 10, grifos nossos). Construindo uma rede parafrástica, cuja matriz de sentido é a expressão "Brasil Soberano", lemos, nesses documentos, outras expressões como: "tecnologicamente soberano", "nuvem soberana", "soberania digital", "soberania tecnológica", "soberania de dados", "soberania tecnológica e de dados", "soberania nacional", "soberania e proteção de dados", "soberania e privacidade dos dados", "soberania em IA". Voltaremos aos efeitos de sentido construídos por essa rede parafrástica nas nossas análises. Afinal, o que significa sermos soberanos, a partir dessas adjetivações?

Partindo dessa breve contextualização sobre as condições de produção em que os discursos que serão objeto de nossa análise se inscrevem, nossas reflexões teórico-analíticas tomam a proposta "IA para o bem de todos!", compreendendo duas principais frentes: i) o discurso de "IA para o bem de todos!", tendo por base a "Proposta do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial 2024-2028", a partir de uma apresentação em formato de *slides,* exposta em Reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, de 29 de julho de 2024, e disponível na rede eletrônica; ii) o discurso sobre a "IA para o bem de todos!" em circulação na mídia on-line, por ocasião da

1 Esse sentido de soberania está diretamente ligado à criação do conceito de Estado Nação, fundado na modernidade, onde temos o poder centrado nas mãos de um governante. E nosso atual sistema capitalista depende desse processo de centralização do poder absoluto do Estado. Mas considerando que esse governante foi eleito pelo povo, a soberania pode significar também poder popular. Então, ficando só no exemplo do Brasil e centrando nossa atenção somente no aspecto político dessa noção, sem considerar sua materialidade histórica, paradoxalmente, em nome da soberania nacional, já tivemos um golpe militar no Brasil, já tivemos, no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), a justificativa para, entre outras tantas coisas, a não importação de vacinas da COVID-19, e estamos vivenciando, no Governo atual, esse desejo de o Brasil ser soberano, inclusive tecnologicamente.

2 Sabemos que a mudança do slogan é mais uma resposta à interferência do Governo dos Estados Unidos sobre o Brasil, o que ocorreu ao longo de 2025, do que uma relação direta com o Plano de Inteligência Artificial. No entanto, como explicamos, o PBIA se inscreve também nessa agenda política da soberania nacional e as condições em que a interferência dos Estados Unidos se dá no Brasil estão apagadas no plano.

apresentação da proposta pelo governo. Embora nosso olhar se volte para discursos que circularam em 2024, nossas análises não prescindem de, em alguns momentos, mencionar o PBIA, lançado mais recentemente, em 2025, já que os dois documentos dialogam entre si.

Na primeira frente, propomo-nos a analisar os discursos que atravessam essa proposta do Governo Federal, centrando nosso olhar sobre o funcionamento de algumas das contradições materializadas nesse conjunto de slides, a começar pelo título dado ao plano: IA para o Bem de Todos. Perguntamos: Que *bem* é esse? A quem se refere esse *todos*? Quais os cidadãos brasileiros que estão aí incluídos? Quais os sentidos de soberania que se inscrevem nesse documento?

Para as análises da segunda frente, recortamos o modo como "IA para o bem de todos!" se torna acontecimento jornalístico na mídia (Dela-Silva, 2015). Voltamo-nos à análise da materialidade de duas matérias jornalísticas, postas em circulação no jornal *O Globo*, em julho de 2024, em seus processos de produção de sentidos. A primeira, inscrita na editoria "Economia / Tecnologia", tem como título: "Plano brasileiro de IA prevê R$ 23 bi, supercomputador e sistema para o SUS"; enquanto a segunda, apresentada como uma repercussão da primeira, anuncia: "Lula diz que IA brasileira precisa gerar emprego e ser 'inteligente': 'Se essa coisa é tão boa, por que é artificial?'".

Para finalizar nossas análises, apresentamos uma discussão do ponto de vista da materialidade técnica do funcionamento da IA, mostrando as contradições que se marcam nos discursos de e sobre a inteligência artificial em análise.

1. PRIMEIRO MOVIMENTO ANALÍTICO: OS SENTIDOS DA "IA PARA O BEM DE TODOS"

Para iniciarmos esse primeiro movimento analítico, vamos retomar as questões que nos colocamos sobre o título do plano: Que bem é esse? A quem se refere esse todos? Quais os cidadãos brasileiros que estão aí incluídos? Quais os sentidos que estão silenciados na proposta?

Entendemos que o "todos" do título do plano refere-se ao conjunto de brasileiros, projetado, como já antecipamos, de modo bastante genérico e homogêneo. Trata-se, portanto, de um *todos* que se pretende inclusivo, que abarca o povo brasileiro que vai se beneficiar do "bem" que a IA vai proporcionar. Um "bem" que vai "transformar a vida dos brasileiros", como está descrito no primeiro objetivo do plano, num "futuro onde a tecnologia serve ao bem comum", como afirmado pela Ministra Luciana Santos, na apresentação do plano.

Mas, para além do efeito de sentido que se produz pela marca linguística, esse "todos" e esse "bem" se inscrevem num "corpo interdiscursivo de traços sócio-histórico" (Pêcheux, [1990]2011, p. 146), abrindo para a deriva de sentidos. Classificado, gramaticalmente, como um pronome indefinido, entendemos que o "todos", neste título, remete, como já dissemos, ao povo brasileiro e,

nessa direção de sentido, não seria indeterminado/indefinido. No entanto, ao olharmos para as condições sócio-históricas em que vive a maioria da população brasileira, sabemos que esse "todos" não abarca o povo brasileiro em sua totalidade e, sobretudo, na singularidade de cada um(a)[3]. Nem esse "bem" atingirá cada brasileiro(a), tampouco terá o poder de "transformar a vida dos brasileiros", como está projetado no 1º objetivo apresentado nesse conjunto de slides.

Então, contraditoriamente, ao que prega o título da proposta, a "IA para o bem de todos" é excludente desde a sua concepção, pois a expressão "de todos" não corresponde ao modo de funcionamento de uma IA que, por sua própria condição, já é resultante de clivagens subterrâneas, como diz Pêcheux ([1982a]2010). O próprio espaço no qual uma IA funciona já é excludente de muitos sentidos não abarcados pelos seus processos, que são baseados em algoritmos.[4] Os procedimentos necessários à implantação de IAs em setores inteiros da administração pública significa, ao contrário do que projeta o PBIA, um rearranjo de sentidos, de arquivos, de saberes, tornando cada vez mais especializado o acesso do sujeito a esse "bem".

Teoricamente, mobilizar a noção de contradição significa "desmontar os efeitos totalizantes da ideologia sobre os discursos" (Alquatti, 2020, p. 53), ao trabalhar os jogos que se inscrevem na língua como sistema contraditoriamente "ligado à História e aos sujeitos." (Pêcheux, [1975]2014, p. 93).

Pêcheux afirma que determinados objetos ideológicos funcionam de forma paradoxal, sendo "povo" um desses objetos citados pelo autor. Tais objetos, segundo Pêcheux ([1982b]2011, p. 115),

> são simultaneamente, idênticos consigo mesmos e se comportam antagonicamente consigo mesmos. [...] Esses objetos (sob o nome de Povo, direito, trabalho, gênero, vida, decência, natureza, paz, liberdade...) paradoxais funcionam em relações de força móveis, em mudanças confusas, que levam a concordância e oposições extremamente instáveis.

Em outras palavras, ao mesmo tempo que "todo mundo sabe" a quem esse "todos" se refere, isto é, ao povo brasileiro, antagonicamente, sabemos que o "bem" prometido pela IA não servirá, necessariamente, "ao bem comum", como diz/quer nossa ministra, tampouco vai "transformar a vida [de todos os] dos brasileiros", como está formulado no primeiro objetivo da proposta. Vejamos na Figura 1:

3 Voltaremos a essa relação entre "todos" e "cada" brasileiro nas considerações finais deste artigo.

4 Estamos tomando aqui algoritmo como "uma sequência finita de ações que resolve um certo problema. [..] Assim, um algoritmo pode resolver problemas de tipos bastante diferentes: cálculo estrutural (projeto de uma ponte), processamento de dados (geração de uma folha de pagamentos) ou planejamento (definição de um pacote de turismo)." (Sichman, 2021, p. 38). Nessa mesma direção, Magrani (2019, p. 19) define um algoritmo como "[...] uma sequência lógica, finita e definida de instruções que devem ser seguidas para resolver um problema ou executar uma tarefa, ou seja, uma receita que mostra passo a passo os procedimentos necessários para a resolução de uma tarefa." A partir desse entendimento que vêm de autores do campo do direito e da informática, aprofundaremos a discussão sobre o funcionamento técnico da IA, deslocando-o para o campo discursivo, no item "O funcionamento automático das IAs: amarrando as análises.".

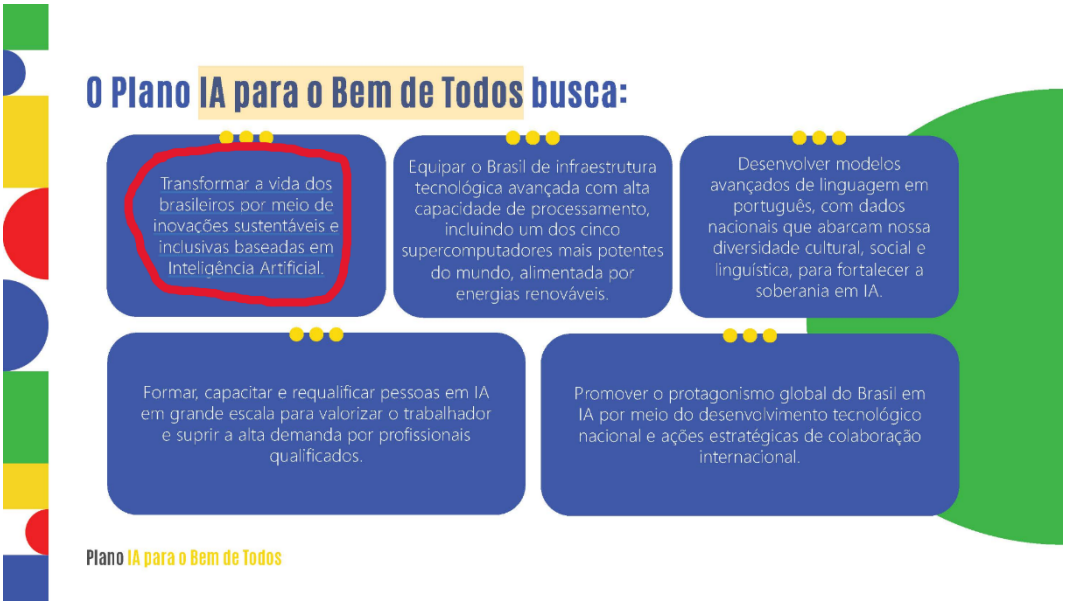


Figura 1. Reprodução de slide da apresentação de "IA para o bem de todos" com os objetivos da proposta. O slide tem fundo branco, com retângulos azuis. Em cada retângulo está escrito, com letras brancas, um dos objetivos do Plano IA para o bem de todos. As barras laterais do slide são compostas de figuras geométricas variadas, nas cores azul, vermelha, verde e amarela, que remetem à identidade visual do governo brasileiro. Fonte: domínio público. Disponível em: https://shre.ink/LBcY. Acesso em: 20 dez. 2025.

Transformar a vida dos brasileiros até pode ser um desejo do Governo Federal, também materializado no slogan atual "Do lado do povo brasileiro", mas que está, diríamos, na ordem do impossível. E é impossível porque o Brasil está sob a égide de um sistema capitalista, sendo considerado um dos países mais desiguais do mundo. E capitalismo remete ao poder das grandes corporações, ao mercado financeiro e aos algoritmos das redes sociais; em outras palavras, o capitalismo está preocupado, sobretudo, com o lucro que os sistemas de Inteligência Artificial podem gerar, e não com o bem da população. Também, do ponto de vista técnico dos sistemas de IA, atender a todos os brasileiros, de forma *inclusiva e sustentável*, como promete o primeiro objetivo destacado acima, é da ordem do impossível. Impossível porque os algoritmos são programados para trabalhar em escala, para identificar determinados padrões e não para atender a singularidade de cada um(a).

Então, é nessa direção de sentidos que entendemos que, tanto o objeto sob o nome de "povo" brasileiro, como já apontado por Pêcheux ([1982b]2011), como a IA, podem ser tomados como objetos paradoxais. Ideológicos e paradoxais ao mesmo tempo, esses objetos se inscrevem na "luta de deslocamento ideológica", questionando "a definição e fronteira do "discurso político"", na medida em que as relações de classe em que se inscrevem as práticas políticas, como é o caso do plano "IA para o bem de todos", "se baseiam nos processos, através dos quais o domínio/exploração [...] capitalista se reproduz, na medida em que ela se adapta, transforma, reorganiza. Pois "reprodução" nunca significou "repetição do mesmo". (Pêcheux, [1982b]2011, p. 115, grifos do autor). Ao trabalhar com os objetos paradoxais, Pêcheux nos faz refletir, como nos diz Cavalcante (2023, p.

358), sobre como esses objetos "jogam luz para o funcionamento da contradição, cerne de uma teoria materialista que pensa a reprodução/transformação das relações de produção."

Estamos diante, portanto, de uma prática de reprodução capitalista em que, paradoxalmente, o discurso político do Governo Brasileiro busca politizar a realidade da IA, vendendo-a como "para o bem de todos". Mas o que está tamponado/silenciado é que a tecnologia dos sistemas de IA não é brasileira, ainda que se busque a soberania de uma IA feita "por brasileiros e para brasileiros", como diz nossa ministra Luciana Santos. Veremos, no item de fechamento das análises, quais são os fatores determinantes da transformação dos sujeitos-brasileiros na relação com a tecnologia da IA, no que se refere à constituição, formulação e circulação dessa forma discursiva automática.

E quando retomamos a rede parafrástica dos sentidos de soberania que aparecem nessa proposta - "tecnologicamente soberano", "nuvem soberana", "soberania digital", "soberania tecnológica", "soberania de dados", "soberania tecnológica e de dados", "soberania nacional", "soberania e proteção de dados", "soberania e privacidade dos dados", "soberania em IA" - o efeito de sentido dominante que se produz é a de que o Brasil se tornará soberano tecnologicamente, o que significa, na leitura política que estamos fazendo da noção de soberania, não depender de tecnologia importada. É nessa mesma direção de sentido que se inscrevem as palavras da ministra Luciana Santos, que acabamos de mencionar: "Não desejamos simplesmente importar soluções; queremos desenvolvê-las aqui, **por brasileiros e para brasileiros**, considerando nossas particularidades sociais, culturais e econômicas." Produz-se, como efeito de sentido, a partir dessa afirmação da ministra, a soberania como poder popular, como um exercício da nossa democracia.

No entanto, ainda que, enquanto projeção imaginária, e, talvez, enquanto desejo do Governo Brasileiro, esse sentido pode funcionar, entendemos que o Brasil tornar-se tecnologicamente soberano é da ordem do impossível, assim como o é produzir sistemas de IA que atendam a *todos*. Impossível porque, como já vínhamos pontuando, quando tratamos de IA, estamos diante de mais um dos modos de exploração capitalista, dominado, nesse caso, por tecnologias importadas. A tecnologia da IA não é nacional e, embora possamos avançar em relação à regulação, à captura, ao armazenamento e à produção de fórmulas algorítmicas desses dados, continuaremos dependentes das grandes multinacionais, como *Google*, *Open IA*, entre outras, para que o Brasil e os brasileiros se inscrevam nos sistemas de IA. Essa dependência já se expressa, cotidianamente, no uso dos nossos *smartphones, google maps, google acadêmico, google docs, gmail,* só para citar algumas ferramentas que já se utilizam de IA e às quais estamos assujeitados para existirmos enquanto docentes da Educação Superior.

Tomando a IA como objeto paradoxal, como estamos propondo, observamos um funcionamento da contradição inclusive entre o que se inscreve na proposta do plano, e que entendemos seja o desejo do Governo Federal - um Brasil tecnologicamente soberano -, e o que, de fato, poderá se implantar na prática, apontando para metas e objetivos exequíveis. Trata-se, portanto, de um objeto que leva a posições concordantes e antagônicas, extremamente instáveis, ao mesmo tempo.

2. SEGUNDO MOVIMENTO ANALÍTICO: OS SENTIDOS SOBRE A "IA PARA O BEM DE TODOS" NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Em nosso segundo movimento analítico, dirigimos nosso gesto de leitura ao modo como "IA para o bem de todos" se torna acontecimento jornalístico na mídia, por ocasião de sua apresentação em julho de 2024. Entendemos o acontecimento jornalístico como uma prática discursiva por meio da qual um evento é discursivizado na mídia em condições de produção específicas, passando a produzir sentidos para e por sujeitos (Dela-Silva, 2015). Temos, assim, que "o relato jornalístico não se constitui por uma evidência em função de um fato, mas como resultado de um gesto interpretativo a partir de uma determinada posição ideológica" (Dela-Silva, 2015, p. 222), constituindo-se como uma construção do próprio fazer jornalístico. No caso do nosso *corpus* analítico, é por meio de sua transformação em um acontecimento jornalístico que a proposta "IA para o bem de todos" e o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) são levados a conhecimento público; é pelo recorte feito pelo dizer da/na mídia jornalística que primeiro se diz - e se torna possível saber - sobre tais iniciativas governamentais.

Como já afirmado, analisamos o modo como se constituem efeitos de sentido para a proposta "IA para o bem de todos", a partir de duas matérias jornalísticas com circulação no jornal *O Globo* on-line, publicação integrante da mídia tradicional, sendo uma notícia com o anúncio do plano; e seu desdobramento em uma segunda notícia, linkada à primeira, com foco no dizer do presidente Lula, por ocasião do anúncio. Começamos pelo recorte de duas sequências discursivas que dizem da proposta "IA para o bem de todos", a partir da materialidade linguística dos títulos das duas matérias de *O Globo*:

SD1: Plano brasileiro de IA prevê R$ 23 bi, supercomputador e sistema para o SUS (*O Globo*, 30/07/2024)

SD2: Lula diz que IA brasileira precisa gerar emprego e ser 'inteligente': 'Se essa coisa é tão boa, por que é artificial?' (*O Globo*, 30/07/2024)

Na materialidade linguística da SD1, marca-se um encadeamento de termos que inscrevem diferentes sentidos para o "Plano brasileiro de IA": "R$ 23 bi", "supercomputador"; "sistema para o SUS". Posto em circulação na editoria de "Economia/Tecnologia", o dizer jornalístico acerca da proposta ancora-se em diferentes já ditos: sobre economia, ao dar ênfase ao total de recursos a serem investidos; sobre tecnologia, marcado em "supercomputador"; e ainda sobre a saúde, em "sistema para o SUS". O já dito, modo de constituição do interdiscurso, "definido como aquilo que fala antes, em outro lugar" (Orlandi, 2001, p. 31), é o que possibilita a produção de sentidos, ao dar sustentação ao dizer. Ao discursivizar sobre o "Plano brasileiro de IA", o jornal o faz pela mobilização de um imaginário de sua abrangência, ao contemplar um "supercomputador", nomeação que

funciona por um efeito de opacidade; e, ao mesmo tempo, um "sistema para o SUS", um "sistema" para o "Sistema Único de Saúde"; um Sistema que já atende, de forma generalizada, a todos os brasileiros e é por eles conhecido; um efeito de sustentação para a qualificação "do bem", uma vez que atenderia ao coletivo dos brasileiros, como o SUS já faz.

No fio do discurso da SD2, outro sentido para a proposta é mobilizado a partir do dizer atribuído ao presidente Lula: "gerar emprego". "Gerar emprego" mobiliza também um já-dito sobre a economia, mas que pode demarcar uma posição discursiva outra, alinhada mais aos interesses do trabalhador do que aos do capital. Isso porque "gerar emprego" produz efeitos de sentido de um benefício direto aos trabalhadores, que ocuparão tais vagas a serem geradas; mas, pelo não-dito, mobiliza o pré-construído de fortalecimento da economia, como consequência da geração de renda e de poder de consumo para os trabalhadores.

No discurso sobre a proposta "IA para o bem de todos" na mídia jornalística, desse modo, marcam-se contradições que perpassam esses dizeres - em seus modos de estabelecer relação entre "R$ 23 bi" e "supercomputador", de um lado, e "sistema para o SUS" e "gerar emprego", de outro -, que se inscrevem sob a evidência da economia/tecnologia, mas que não são sem consequências para as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção, de que nos diz Pêcheux ([1975]2014). "IA para o bem de todos" pode projetar, assim, sentidos de conciliação de interesses do capital e dos trabalhadores, quando se coloca em relação o dizer da/na mídia e o dizer governamental, como se marca também nas SD3 e SD4 que seguem:

SD3: O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta terça-feira que a inteligência artificial (IA) "brasileira" precisa garantir empregos e se colocou contra o uso da tecnologia se resultasse em demissões de trabalhadores. (*O Globo*, 30/07/2024)

SD4: A nossa inteligência artificial tem que ser inteligente e quero fazer dela uma fonte de fazer com que gere emprego e forme milhões e milhões de jovens - afirmou o presidente. (*O Globo*, 30/07/2024)[5]

5 O dizer atribuído ao presidente Lula, que recebe destaque no discurso jornalístico em análise, relaciona-se ao dizer do presidente no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA): "uma inteligência artificial do bem, e não uma inteligência artificial do mal. Uma inteligência artificial para ajudar a cuidar da saúde, para ajudar a cuidar do povo pobre, para melhorar a descarbonização do planeta Terra, e não uma inteligência artificial para contar *fake news* todo santo dia aos ouvidos e olhos de bilhões e bilhões de seres humanos.". Trata-se de um dizer que funciona pela projeção de uma formação imaginária que opõe a inteligência artificial associada à produção e circulação de *fake news*, designada como "inteligência artificial do mal", à "inteligência artificial do bem", associada, por sua vez, a "cuidar da saúde", "cuidar do povo pobre", "melhorar a descarbonização do planeta", ações voltadas a áreas sensíveis da esfera governamental, como a saúde, a assistência social e o meio ambiente. "IA para o bem de todos" assume, assim, característica de uma plataforma de governo, por isso, dita "de todos", "brasileira", "nossa".

No dizer do presidente Lula, em discurso relatado na mídia jornalística, "IA para o bem de todos" produz sentidos ao recusar "demissões de trabalhadores" (SD3) por consequência da IA e mobilizar um já dito sobre a geração de empregos, sobretudo para a população jovem, como se marca em "gere emprego e forme milhões e milhões de jovens" (SD4). Na materialidade da SD3 e da SD4, marca-se, no entanto, uma especificação nas designações: diz-se da "inteligência artificial (IA) 'brasileira'" (SD3), retomada por "a nossa inteligência artificial" (SD4). É por meio do funcionamento dessas designações que se projeta para "IA para o bem de todos" a formação imaginária de uma IA em particular, "de todos" porque "brasileira", "nossa", inscrevendo-se aí também os sentidos de soberania nacional. Conforme Guimarães (2005, p. 9), a designação coloca em cena a "significação de um nome, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história.". "Inteligência artificial 'brasileira'" produz sentidos não por sua efetiva existência enquanto um objeto, mas por sua inscrição em uma discursividade sobre a inteligência artificial, que, ao mesmo tempo, é mobilizada por uma proposta de governo e por ele ressignificada como diferenciada, "brasileira", "nossa".

"Inteligência artificial 'brasileira'" e "nossa inteligência artificial", no dizer presidencial reportado na mídia jornalística, também encaminham sentidos para a proposta "IA para o bem de todos" como uma ação com vistas à afirmação do país por oposição às Big Techs, como se marca nas SD5 e SD6, apresentadas a seguir:

SD5: O presidente ainda reclamou das empresas Big Techs, afirmando que usam dados "sem pedir licença" e lucram "divulgando coisas que não deveriam ser divulgadas". (*O Globo*, 30/07/2024)

SD6: (A Inteligência Artificial nada mais é do que) A gente ter a capacidade de fazer a coletânea de todos os dados e temos as Big Techs que fazem isso sem pedir licença, sem pagar imposto, e ainda cobra dinheiro e fica rica por conta de divulgar coisa que não deveriam que ser divulgada - disse. (*O Globo*, 30/07/2024)

Ao afirmar a "inteligência artificial 'brasileira'" ou a "nossa inteligência artificial", o dizer em curso na mídia, atribuído ao presidente Lula, o faz por oposição às Big Techs, que "usam dados 'sem pedir licença", sustentando o efeito de sentido da "IA para o bem de todos" como aquela que permitiria ao país - "a gente" - "ter a capacidade de fazer a coletânea de todos os dados", como é feito pelas Big Techs na atual conjuntura histórica, e como está projetado na proposta do plano, que analisamos acima. No fio do discurso das SD5 e SD6, temos marcas que encaminham para a produção de efeitos de sentido de soberania do país, sustentado pelo jurídico que delimita, por exemplo, aquilo que seria do domínio de um Estado Nação, como a regulamentação de coleta e uso de dados, e a cobrança de impostos. Delimitar o escopo jurídico de atuação das Big Techs e assumir o controle sobre a coleta e o uso de dados por inteligência artificial são ações que sustentam o imaginário de nação soberana; mas ser qualificada como "brasileira" ou "nossa", sob a delimitação jurídica do estado, seria o suficiente para assegurar uma "IA para o bem de todos"?

Retomando as reflexões de Orlandi (2012, p. 126-127), em torno do slogan "Brasil, um país de todos"[6]: "O equívoco está em pensarmos sermos nós, povo brasileiro, em nossa igualdade social (impossível) e na verdade somos apenas um todo indeterminado, parte do discurso da globalização. [...] Onde todos é cada um e ninguém.".

3. O FUNCIONAMENTO AUTOMÁTICO DAS IAS: AMARRANDO AS ANÁLISES

Fechando, então, a análise dos discursos aqui apresentados sobre a IA, materializados na apresentação "IA para o bem de todos" e nas matérias jornalísticas, as quais chamamos de primeiro e segundo movimentos analíticos, vamos desenvolver uma reflexão sobre as projeções imaginárias (Pêcheux, [1969]2019), para pensarmos o funcionamento automático das IAs, de maneira geral. Objetivamos, com isso, desenvolver uma dimensão mais detalhada do problema que estamos enfrentando, do ponto de vista discursivo e técnico, elencando alguns dos sentidos pré-construídos (Pêcheux, [1975]2014) que estão na sustentação dos discursos sobre a IA.

A perspectiva de análise, neste caso, tem como base a materialidade técnica digital e a forma discursiva na qual essa materialidade funciona, ou seja, a escritoralidade. Essas noções fazem parte do dispositivo analítico que temos desenvolvido (Silveira; Gallo; Pequeno, 2025) em diversos trabalhos, para a análise de "espaços enunciativos informatizados", principalmente as redes sociais e de textualidades digitais. Nesses espaços, os processos estruturantes são a normatização e a midiatização (Gallo; Silveira, 2017). Mais recentemente, pudemos compreender o funcionamento do sujeito nesses mesmos espaços, enquanto um sujeito-avatar, ou seja, um sujeito que funciona imbricado em um constructo técnico específico, em cada espaço, que é o avatar (Pequeno, 2016). Por outro lado, ao tomarmos produções de uma inteligência artificial generativa como corpus de análise, identificamos aquilo que denominamos "projeções algorítmicas" (Selhorst; Gallo, 2023)[7]

6 Slogan usado durante os dois primeiros governos do presidente Lula (2003-2010) e que dialoga com o slogan atual "Governo do Brasil: do lado do povo brasileiro". O "todos" se desloca para "povo brasileiro".

7 A noção de "projeções algorítmicas" foi apresentada no VI Sedisc (2022) e, posteriormente, publicada no artigo "ChatGPT: a grande bolha", em 2023, por Selhorst e Gallo. No artigo, os autores analisam um experimento desenvolvido no ChatGPT e, a partir do que foi compreendido, propõem o que segue: "... podemos dizer que embora a IA não seja um sujeito, ela pode funcionar como um sujeito [...], mas o que ela não pode fazer é projetar imaginariamente a posição de um outro, antecipar essa posição e ser afetada por sentidos contraditórios que esse outro possa produzir. Isso ela não faz, o que ela faz são projeções algorítmicas, matemáticas, estatísticas, que produzem um efeito de semelhança em relação às projeções imaginárias. Esse efeito é muito eficiente, como vimos no exemplo: "Peço desculpas pelo erro na minha resposta anterior...". De fato, esse é o "pulo do gato" da ferramenta: associar elementos do processamento a elementos do contexto do diálogo, inserindo expressões-chave na articulação dessas instâncias." (Sellhorst; Gallo, 2023, p. 344).

que, sendo uma emulação das projeções imaginárias, que são humanas, é o que permite que o processamento corresponda à demanda de um sujeito-avatar[8].

Com base nesse dispositivo, tomaremos, para essa reflexão, o slide que traz os fundamentos do documento preliminar referente ao Plano "IA para o bem de todos", na qual se pretende responder à questão: "O que é uma IA para o bem de todos?" A análise do primeiro fundamento deve ser suficiente para esclarecer nossa perspectiva.



Figura 2. Reprodução de slide da apresentação de "IA para o bem de todos". O slide tem fundo preto, e apresenta cinco colunas com diferentes respostas para a questão: O que é uma "IA para o bem de todos"?. Cada coluna expressa uma resposta, iniciando, com letras verdes, seguidas de letras brancas, e com uma imagem apresentada num círculo de fundo branco que remete ao conteúdo da resposta. Na primeira resposta, que é a que analisamos, o enunciado "centrada no ser humano e acessível a todos" está em letras verdes. Fonte: domínio público. Disponível em: https://shre.ink/LBcY. Acesso em: 20 dez. 2025.

8 A noção de "avatar" foi proposta inicialmente por Pequeno em sua dissertação de mestrado "Nos subsolos de uma rede: sobre o ideológico no âmago do técnico", defendida na Unicamp, em 2015, orientada por Cristiane Dias, e diz o seguinte: "...aquilo que aparece na rede sobre o efeito de ser sujeito é também uma negação radical do sujeito como o entendemos. Aquilo que percebemos como nós mesmos e os outros nas redes são, de fato, um apanhado de dispositivos tecnológicos, clivagens, cuja função é tornar inteligível um contexto que, de outra forma, seria inteiramente irracional (o contexto binário das máquinas digitais, a língua de programação, e os bancos de dados). É isso que, a partir de agora, denominaremos de avatar: clivagens subterrâneas na medida em que são formuladas para descrever e fazer operar o sujeito de rede, aquele que, como Eli Pariser lembra, os filtros predizem e definem, aquele que (através dos filtros) se relaciona com os bancos de dados e as memórias metálicas, aquele cuja privacidade pode ser invadida, etc. Veja, pois, que o que habita a rede não são os sujeitos, mas seus avatares: aquilo que gostaríamos de pensar como nossas representações, mas que são, de fato, simulacros. Ou seja: entidades sem referência, entidades próprias, criadas e animadas por um modelo, construído inteiramente por clivagens subterrâneas." (Pequeno, 2015, p. 65). A partir dessa proposição do autor, passamos a mobilizar a noção de sujeito-avatar em nossas análises da materialidade digital.

Retomando o que diz a primeira resposta:

SD7: "Centrada no ser humano e acessível a todos, fundamentada no respeito à dignidade, aos direitos sociais, à diversidade cultural, regional e dos povos, e à valorização do trabalho e dos trabalhadores, prevenindo a desigualdade e vieses discriminatórios."

Para a análise consideramos que...:

1) o processamento das respostas de uma IA generativa, particularmente dos *chatbots*, acontece sem derivar de projeções imaginárias, mas sim, do que chamamos, projeções algorítmicas (Selhorst; Gallo, 2023). Ou seja, a máquina não "imagina" o que 2e34rwo interlocutor quer/precisa/não sabe... ela calcula. A engenharia de *prompt* é uma prova disso: quanto mais dados tiver na pergunta, mais chance de uma resposta mais satisfatória;
2) a interlocução do sujeito com uma IA se dá em espaços enunciativos informatizados (EEIs), e, nesses espaços, a posição de enunciação do sujeito é de um sujeito-avatar - um sujeito sob normatizações técnicas em uma relação contraditória com elas -, logo, um constructo técnico, e não uma posição. Portanto, a autoria, enquanto função do sujeito, não se efetiva nesse caso, porque essa função tem a ver com assumir um lugar social e responder por ele, responsabilizar-se, o que não constitui demanda nessa relação.
3) a automatização das IAs resulta de um processamento algorítmico, não do processamento da língua. No algoritmo não há metáfora, não há lapso. O resultado do cálculo deve ser exato, mesmo quando errado. Por essa forma enunciativa que o sujeito-avatar é demandado.

Tomando, então, essas premissas para a análise, diremos que, no enunciado acima, alguns sentidos pré-construídos precisam ser discutidos: Ao se dizer que a IA está "Centrada no ser humano", o que se apaga é que, na relação de um sujeito com uma IA, é muito mais a máquina o centro do processo do que o sujeito (sem pedir licença ao sujeito, hoje as IAs estão em quase todos os APPs, atuando à sua revelia).

Além disso, parece necessário dizer que ela é "fundamentada no respeito à dignidade, aos direitos sociais, à diversidade cultural, regional e dos povos, e à valorização do trabalho e dos trabalhadores, prevenindo a desigualdade e vieses discriminatórios", para que não se cogite que o que se oferece, de fato, são possibilidades iguais de produção de respostas por uma IA, relativas a diferentes interlocutores, de diferentes culturas, ou espaços geográficos. Não há discriminação, por parte do processamento, na medida radical em que não há o reconhecimento do outro. Todos são *inputs* iguais, já que não se trata de sujeitos em relação. O princípio é homogêneo. O que é diferente de dizer que é democrático. Ao contrário, não há reconhecimento de diferenças, muito menos "respeito". O que há é ignorância de diferenças.

Quanto à questão da "valorização do trabalho e dos trabalhadores", essa afirmação apaga o fato de que é a automatização o que se espera do trabalhador e, como sabemos, o trabalho automatizado não valoriza o que é do humano.

Se esses sentidos pré-construídos devem ser negados para que se possa afirmar os sentidos de "IA para o bem de todos", e se esses sentidos afirmados na proposta do plano são, no mínimo, questionáveis, então, nos perguntamos: por que essa COMANDA? Por que essa tecnologia?

> [...] a técnica tem uma estrutura teleológica externa: ela vem preencher um desejo, uma falta, uma demanda que se define fora da própria técnica. O lugar onde se define a falta que indicará sua função em relação a essa técnica particular, não é essa técnica, mas o todo organizado da própria prática social, quer dizer, em primeiro lugar, o modo de produção, tal como o definimos. Em outros termos, e esse ponto é bastante claro para que seja inútil insistir nele, as práticas técnicas de ferraria artesanal respondem à demanda de uma prática social definida - a sociedade agrícola feudal - da mesma forma que as de metalurgia, no sentido atual do termo, respondem à demanda da sociedade industrial (Herbert/Pêcheux, [1966]2011, p. 28-29).

Então, nos perguntamos: a que demanda responde a prática técnica digital? Nosso entendimento é o de que uma das demandas que essa forma tecno-discursiva automática pretende resolver é a produção em escala. A produção de textos em escala, a produção da educação em escala, a produção da saúde em escala etc., em detrimento de soluções talvez menos eficazes, mas certamente mais democráticas, mais responsáveis e mais humanizadas.

Somos levadas a dizer então que, para um governo que defende a democracia e a emancipação social, o PBIA materializa uma forte contradição. E, no entanto, ele avança, e avança sob o signo da SOBERANIA.

E a pergunta, então, se recoloca: como o discurso sobre a IA faz circular sentidos de IA que, por um lado, silenciam sobre esse funcionamento "não democrático" e, por outro, constituem-se em uma propaganda eficiente para esse governo?

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos mostrar, o termo "soberania" materializa nele mesmo uma forte contradição que está refletida na proposta do PBIA como um todo. De fato, há determinados sentidos de soberania que podem ser argumentados e, com esforço governamental, praticados. Por exemplo, a soberania em relação à proteção de dados sensíveis, em relação à privacidade, ou seja, a soberania que depende de instrumentos jurídicos e políticos. No entanto, há outros sentidos de soberania inalcançáveis, mesmo que os argumentos os qualifiquem como possíveis: trata-se da soberania técnica, ou tecnológica de IA.

Como sabemos, não se trata de uma tecnologia nacional, assim como a própria materialidade digital tem seu lastro nos EUA, e toda infraestrutura principal, de *hardware* e de *software*, está

naquele país. As IAs, assim como a grande parte dos espaços enunciativos informatizados, funcionam para alimentar o sistema de consumo e as economias capitalistas neoliberais. Essas são conclusões trazidas de outros trabalhos de análise do funcionamento desses espaços (Silveira; Gallo; Pequeno, 2025). Assim, no aspecto técnico e tecnológico, só somos soberanos, enquanto nação, na medida em que aderimos ao modo de funcionamento dessa estrutura. Nessa direção, há um silenciamento, na proposta do Plano, de que só podemos falar em soberania tecnológica, de um Brasil tecnologicamente soberano na medida dessa submissão. Está aí o nó da contradição. Todos os demais problemas apontados decorrem desse. Em outras palavras, na medida em que o Brasil precisa resolver a demanda por processos automáticos e em escala, como a maioria dos países, hoje, precisa, é incontornável o gesto de colonialidade. Isso porque uma tecnologia de linguagem não é neutra, como sabemos. A escrita, como uma tecnologia de linguagem (Auroux, 2014), quando veio para o Brasil resolver determinada demanda de progresso, colonizou nossas instituições, que passaram a ser moldadas pelos seus processos de normatização e de legitimação (Pequeno, 2020). A tecnologia digital é, da mesma forma, uma tecnologia que tem seus próprios processos, incontornáveis. Mais uma vez, nossas instituições estão sendo "colonizadas" por esses processos. Nessa medida, falar em soberania é ignorar o poder determinante deles.

Não estamos afirmando, com isso, que um projeto (ou um Plano) de soberania não possa ser pensado com base na materialidade digital e em espaços enunciativos informatizados. No entanto, para isso, seria necessário resistir, em primeiro lugar, ao projeto capitalista e neoliberal que determina o funcionamento atual desses espaços e pensar diferentemente sobre eles, em uma outra lógica, que não a do capital. Mas não é esse o caso do Plano "IA para o bem de todos", que tem por objetivo a inclusão de mais brasileiros no sistema capitalista e neoliberal de consumo. Nesse campo, a soberania (e o bem) não é "de todos os brasileiros"; é de quem detém o capital. Um "todos" que é "cada um e ninguém", como nos diz Orlandi (2012). Busca-se aplicar UMA mesma solução de IA para todos, mas que não é boa, ou para o "bem" de cada um(a), em sua singularidade.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CONFLITO DE INTERESSE

As autoras não têm conflitos de interesse a declarar.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os materiais analisados neste estudo são conteúdos disponíveis na internet. Para fins de reprodutibilidade, foi depositado no Zenodo um conjunto de materiais produzidos pelas autoras

contendo: (i) uma lista completa do corpus (título, data, link e data de acesso) e (ii) uma planilha com as Sequências Discursivas (SDs), isto é, os trechos efetivamente analisados no artigo, com referência completa e indicação de localização na fonte. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.18090049. As matérias jornalísticas do *O Globo* são citadas por referência e por trechos necessários à análise e não são reproduzidas integralmente em repositório, por restrições de direitos autorais.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

As autoras declaram que nenhuma ferramenta de IA foi utilizada na criação deste manuscrito nem em qualquer aspecto dos trabalhos realizados, cujo resultado está reportado no manuscrito.

AVALIAÇÃO E RESPOSTA DOS AUTORES

Avaliação: https://doi.org/10.25189/2675-4916.2026.V7.N3.ID939.R
Resposta dos Autores: https://doi.org/10.25189/2675-4916.2026.V7.N3.ID939.A

REFERÊNCIAS

ALQUATTI, Raquel. Contradição. *In:* LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.) *Glossário de termos do discurso*. Edição ampliada. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 51-54.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

CAVALCANTE, André. Objetos paradoxais: um percurso de uma noção na obra de Michel Pêcheux. *In:* GRIGOLETTO, Evandra; CARNEIRO, Thiago César da Costa (orgs.) *Diálogos com analistas do discurso*: reflexões sobre a relevância do pensamento de Michel Pêcheux hoje/*Dialogues avec des analystes du discours*: réflexions sur la pertinence de la pensée de Michel Pêcheux aujourd'hui. Campinas: Pontes Editores, 2023. p. 357-362.

COURTINE, Jean-Jacques [1981]. *Análise do discurso político*: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DELA-SILVA, Silmara. (Des)construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. *In:* FLORES, Giovanna Gertrudes Benedetto; NECKEL, Nadia Régia Maffi; GALLO, Solange Maria Leda (orgs.). *Análise de discurso em rede:* cultura e mídia. Vol.2. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 213-232.

GALLO, Solange Maria Leda; SILVEIRA, Juliana da. Forma-discurso de escritoralidade: processos de normatização e legitimação. *In:* FLORES, Giovanna Gertrudes Benedetto; GALLO, Solange Maria Leda; LAGAZZI, Suzy; NECKEL, Nadia Régia Maffi; PFEIFFER, Claudia Castellanos; ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela (orgs.). *Análise de discurso em rede:* cultura e mídia. Vol. 3. Campinas: Pontes Editores, 2017. p. 171-194.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento.* 2ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

HERBERT, Thomas/PÊCHEUX, Michel [1966]. Reflexões sobre a situação téorica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. *In:* PÊCHEUX, Michel. *Análise de discurso*: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni P. Orlandi. 2ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 21- 54.

MAGRANI, Eduardo. *Entre dados e robôs*: ética e privacidade na era da hiperconectividade. 2ª ed. Porto Alegre: Arquipélago editorial, 2019. Disponível em: http://eduardomagrani.com/wp-content/uploads/2019/07/Entre-dados-e-robo%CC%82s-Pallotti-13062019.pdf. Acesso em: 18 mar. 2026.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa*. Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Propaganda política e língua de estado: Brasil, um país de todos. *In*: *Discurso em análise*: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012. p. 107-128.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. 3ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2001.

PÊCHEUX, Michel [1990]. Leitura e memória: projeto de pesquisa. *In:* PÊCHEUX, Michel. *Análise de discurso:* Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni P. Orlandi. 2ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 151-161.

PÊCHEUX, Michel [1969]. *Análise automática do discurso.* Campinas: Pontes Editores, 2019.

PÊCHEUX, Michel [1975]. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel [1982a]. Ler o arquivo hoje. *In:* ORLANDI, Eni (org.). *Gestos de leitura.* Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 49-59.

PÊCHEUX, Michel [1982b]. Ideologia: aprisionamento ou campo paradoxal? *In:* PÊCHEUX, Michel. *Análise de discurso*: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni P. Orlandi. 2ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 107-119.

PEQUENO, Vitor. *Nos subsolos de uma rede: sobre o ideológico no âmago do técnico.* 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

PEQUENO, Vitor. A demanda pelo avatar e a forma-discurso do digital: construções iniciais e notas para um futuro trabalho. *In:* FLORES, Giovanna G.B.; NECKEL, Nadia R.M.; GALLO, Solange M.L. (orgs.). *Análise de discurso em rede*: cultura e mídia. Vol. 2. Campinas: Pontes Editores, 2016.

PEQUENO, Vitor. *Tecnologia e esquecimento*: uma crítica a representações universais de linguagem. Campinas: Pontes Editores, 2020.

SELHORST, Lucas Alves; GALLO, Solange Maria Leda. ChatGPT: a grande bolha! *In*: FLORES, Giovanna Gertrudes Benedetto; GALLO, Solange Maria Leda; NECKEL, Nadia Régia Maffi; DALTOÉ, Andrea da Silva; SILVEIRA, Juliana da; MITTMANN, Solange; LAGAZZI, Suzy; ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela (orgs.). *Análise de discurso em rede*: cultura e mídia. Vol. 6. Campinas: Pontes Editores, 2023. p. 325-346.

SICHMAN, Jaime Simão. Inteligência Artificial e sociedade: avanços e riscos. *Estudos Avançados*, v. 35, n. 101, p. 37-49, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/c4sqqrthGMS3ngdBhGWtKhh/?lang=pt. Acesso em: 11 jan. 2025.

SILVEIRA, Juliana da; GALLO, Solange Maria Leda; PEQUENO, Vitor. A análise discurso materialista face à materialidade digital. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 25, p. 1-15, 2025. https://doi.org/10.1590/1982-4017-25-23.

CORPUS

CRAVO, Alice; GULLINO, Daniel. Lula diz que IA brasileira precisa gerar emprego e ser 'inteligente': 'Se essa coisa é tão boa, por que é artificial? *O Globo*, 30 jul. 2024. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/30/lula-inteligencia-artificial.ghtml. Acesso em: 09 jun. 2025.

GULLINO, Daniel; CRAVO, Alice. Plano brasileiro de IA prevê R$ 23 bi, supercomputador e sistema para o SUS. *O Globo*, 30 jul. 2024. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/30/plano-brasileiro-de-ia-preve-r-23-bi-supercomputador-e-sistema-para-o-sus.ghtml. Acesso em: 09 jun. 2025.

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE. *IA para o bem de todos:* plano brasileiro de Inteligência Artificial. Brasília, DF: MCTI; CGEE, 2025.